

Mundo

GUSTAVO PETRO SOB PRESSÃO
Colômbia enfrenta dia de protestos

Mais de 500 mil pessoas demonstram insatisfação com violência e reformas



Segurança. Soldados montam guarda em seção eleitoral; equatorianos aprovaram extradição em casos de terrorismo e crimes contra a Humanidade e que Forças Armadas abtem contra gangues

REFERENDO DE NOBOA

Equatorianos dão amplo apoio a ações anticrime, indica boca de urna

Em meio a uma grave crise de segurança, protagonizada por grupos criminosos ligados ao tráfico de drogas, pesquisas de boca de urna apontaram ontem vitória do presidente Daniel Noboa em um referendo que aborren não apenas a escalada da violência no país, mas também questões econômicas. Segundo as sondagens, das 11 propostas submetidas à votação pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) —seis relativas a reformas jurídicas e cinco, a emendas constitucionais—, 9 foram aprovadas. Durante a votação, o diretor de uma penitenciária, empossado na semana passada, foi assassinado, lembrando como o país, outrora conhecido como uma ilha de relativa paz na América do Sul, tornou-se um território fértil para quadrilhas que aterrorizam a população.

Uma das cinco propostas para mudanças na Constituição despertou grande aten-

ção de eleitores, analistas políticos e especialistas em segurança pública por tratar da permissão de que as Forças Armadas atuem com a polícia no combate ao crime organizado. Atualmente, os militares estão a cargo da defesa do país e da soberania nacional, e não existe previsão legal sobre seu emprego contínuo em ações de combate ao crime. Desde janeiro, porém, seu emprego nas ruas foi permitido sob a declaração de "estado de conflito armado interno", medida adotada por Noboa após o país mergulhar no caos com a fuga de José Adolfo Macías Villamar, conhecido como Fito, líder da facção criminosa Los Choneros, de um presídio em Guayaquil. O decreto segue em vigor e, segundo a boca de urna da empresa Infinity Estrategas, a proposta no referendo teve o apoio de 79,70% dos eleitores.

Outra medida é a que permite a extradição de cidadãos equatorianos para o exterior.

Hoje, a Carta veta essa possibilidade, ao contrário de países como a vizinha Colômbia, que com frequência manda acusados de ligação com os cartéis para serem processados e presos nos EUA. No caso do Equador, a proposta analisada pelos eleitores prevê a extradição apenas em casos de terrorismo e crimes contra a Humanidade.

11 propostas. Presidente do Equador mostra cédula de votação de referendo



BANDEIRA POLÍTICA

Eleito em outubro do ano passado para completar o mandato de Guillermo Lasso, que desistiu o Parlamento e renunciou, Noboa tem usado o discurso de combate ao crime como bandeira política. Na semana passada, durante o comício, disse que era necessário "limpar o país das máfias, do narcoterrorismo e de seus cúmplices", e ana-

listas veem essa linha de atuação, similar à do presidente salvadoreño Nayib Bukele, como uma prévia de sua campanha à reeleição, no ano que vem. Para analistas, o referendo é, além de uma forma de mostrar que Noboa está trabalhando, uma ferramenta para legitimar seu mandato, mesmo que não tenha apresentado bons resultados.

Nas semanas que antecederam a votação, vários episódios de violência foram registrados ao redor do país: no feriado da Semana Santa, 80 pessoas morreram e, às vésperas do referendo, dois policiais foram mortos em um intervalo de três dias. Em 2023, a taxa de homicídios chegou a 45 por cada 100 mil habitantes —em 2018, o índice era de 6 assassinatos a cada grupo de 100 mil pessoas, apontou levantamento do jornal equatoriano Primicias.

Ontem, o diretor de uma prisão em Manabí, no oeste do país, foi morto a tiros, de acordo com o serviço peni-

tenciário nacional. Damián Parrales havia assumido o cargo na última terça-feira e foi baleado em um restaurante. Em comunicado, o serviço penitenciário disse que ele "foi vítima de um atentado que lamentavelmente terminou com sua vida". Em Guayaquil, epicentro da onda de violência, houve uma falsa ameaça de bomba, e um homem foi assassinado a tiros perto de uma seção eleitoral pouco antes da abertura das urnas.

DUAS REJEIÇÕES

Além da pauta da segurança pública, as cédulas traziam questões ligadas à política econômica e ao funcionamento da Justiça. Entre os eleitores, 67,5% aprovaram o estabelecimento de juizados especializados em temas constitucionais, enquanto 57,3% rejeitaram voltar a reconhecer a arbitragem internacional em disputas comerciais e relativas a investimentos, o que reverteria uma decisão do governo do presidente Rafael Correa (2007-2017). Também foi rejeitado por 63,8% o plano para estabelecer o contrato de trabalho por prazo determinado e por horas, apresentado como uma medida para incentivar o mercado de trabalho e a geração de empregos —medida era atacada por centrais sindicais por "precarizar" a situação dos trabalhadores.

Caso sua aprovação seja confirmada oficialmente, as reformas constitucionais entrarão em vigor assim que forem publicadas no Diário Oficial. Os outros seis temas, caso endossados, serão submetidos à Assembleia Nacional para debate e eventual aprovação na forma de projeto de lei. Nesse caso, todas as questões eram relacionadas à segurança pública, a começar pela permissão às Forças Armadas para realizar controles de armas nas prisões, apoiada por 76,10% dos eleitores. Outra demanda que as armas apreendidas sejam usadas pelas próprias forças de segurança (apoio de 71,9%).

Ainda no campo penal, o governo sugeria a elevação de sentenças para os crimes de terrorismo, narcotráfico e de assassinatos de aluguel (sim com 75%), e eliminação do direito de redução de pena aos condenados por esses crimes (apoio de 74%). A posse de armas de uso privativo das Forças Armadas e das polícias também passaria a ser crime —o sim teve 71,8%. Por fim, uma legislação ligada ao confisco de bens de origem ilícita seria simplificada, agilizando sua incorporação pelo Estado, ideia que teve o aval de 68,10% dos eleitores.

Oposição venezuelana confirma diplomata contra Maduro

González Urrutia disputará eleição como candidato único após desistência de Rosales; 'verdadeiro risco ao presidente é união', diz analista

O diplomata Edmund González Urrutia, designado sucessor da líder opositora María Corina Machado, aceitou ontem sua indicação como candidato da Plataforma Unitária Democrática (PUD), maior coalizão de oposição da Venezuela, para enfrentar o presidente Nicolás Maduro nas eleições de 28

de julho. O diplomata de 76 anos foi confirmado na sexta-feira de "forma unânime" após longas reuniões e a desistência no dia seguinte de Manuel Rosales, governador do estado petrolífero de Zulia, que havia sido indicado pelo Um Novo Tempo (UNT), membro da aliança.

"Aceito a imensa honra e responsabilidade de ser o candidato de todos aqueles

que querem mudanças por meio de eleições. Um abraço ao povo da Venezuela", escreveu González em sua primeira mensagem pública sobre sua candidatura.

APUD inscreveu González como "candidato provisório" à Presidência em março, após o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela ter barrado o registro de Corina Yoris, indicada por Corina Machado como sua

substituta após o chavismo confirmar sua inabilitação por 15 anos. A apresentação do nome do diplomata foi feita durante uma prerrogativa concedida pelo órgão eleitoral, em meio a críticas externas, incluindo do Brasil, ao impedimento da candidatura de Yoris.

A ideia inicial era substituir o nome do embaixador, mas na sexta foi tomada a decisão de mantê-lo como candidato

único, disse o secretário-geral da coalizão opositora, Omar Barboza.

—É uma decisão histórica para o povo da Venezuela: escolhemos o próximo Presidente da República —afirmou na sexta.

O esforço pela candidatura única foi corroborado pela desistência de Rosales, cuja inscrição após o impedimento de Yoris chegou a ser rotulada de "traição" por alguns

opositores próximos de Corina Machado. Após a confirmação da candidatura de González, Rosales escreveu no X (antigo Twitter): "Como sempre dissemos, o futuro da Venezuela tem que vir em primeiro lugar."

A concentração de forças em um único nome tem como objetivo aumentar as chances contra Maduro, que buscará um terceiro mandato consecutivo. Se conseguir, somará 18 anos no poder.

"O verdadeiro risco eleitoral de Maduro é a união, e não um candidato específico", pontuou no X o analista Luis Vicente León. (Com AFP)